



**PREFEITURA DE
SÃO PAULO**
URBANISMO E
LICENCIAMENTO

CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICA URBANA – CMPU
ATA DA 45ª REUNIÃO ORDINÁRIA

1 Data, hora e local: 29 de junho de 2017, 9h45m, na Rua São Bento, 405, Auditório do 15º
2 andar do Edifício Martinelli, São Paulo, SP. Pauta do dia: 1. Informes Gerais; 2. Plano de
3 Desenvolvimento Urbano Integrado – PDUI; 3. Regulamentação do Código de Obras e
4 Edificações do Município de São Paulo. **CONSELHEIROS PRESENTES DO CMPU:** Heloisa
5 M. Salles Penteadó Proença (Presidente); **ÓRGÃOS MUNICIPAIS: SECRETARIA**
6 **MUNICIPAL DE URBANISMO E LICENCIAMENTO – SMUL:** Marcos Camargo
7 Campagnone (Titular 1), Arlete dos Anjos Grespan (Suplente 1), Rosane Cristina Gomes
8 (Titular 2), Ana Maria Gambier Campos (Titular 3); **SECRETARIA MUNICIPAL DE**
9 **GESTÃO – SMG:** Thiago Ferreira de Souza (Titular); **SECRETARIA MUNICIPAL DE**
10 **JUSTIÇA – SMJ:** Fernando Biscaro de Sousa (Suplente); **SECRETARIA MUNICIPAL DE**
11 **FINANÇAS E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO – SF:** Diogo de Tullio Vasconcelos
12 (Titular); **SECRETARIA MUNICIPAL DAS PREFEITURAS REGIONAIS – SMPR:**
13 Guilherme Levy Garisio Sartori (Suplente); **SECRETARIA MUNICIPAL DE HABITAÇÃO –**
14 **SEHAB:** Zoraide Amarante Itapura de Miranda (Titular); **SECRETARIA MUNICIPAL DE**
15 **TRANSPORTES – SMT:** José Guilherme Faria de Figueira Cruz (Titular), André Castro de
16 Souza (Suplente); **SECRETARIA MUNICIPAL SERVIÇOS E OBRAS – SMSO:** Dirce
17 Carregã Balzan (Suplente); **SECRETARIA MUNICIPAL DO VERDE E DO MEIO**
18 **AMBIENTE – SVMA:** Fernando José Von Zuben (Titular), Hélia Maria Santa Bárbara
19 Pereira (Suplente); **SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA – SMC:** Mariana de Souza
20 Rolim (Suplente); **SECRETARIA MUNICIPAL DE TRABALHO E EMPREENDEDORISMO**
21 **– SMTE:** Julio Henrique Canuto da Silva (Suplente); **SECRETARIA MUNICIPAL DE**
22 **INOVAÇÃO E TECNOLOGIA – SMIT:** Paola Rivatto da Silva (Titular); **SÃO PAULO**
23 **URBANISMO – SP-URBANISMO:** Patricia Saran (Titular); **COMPANHIA**
24 **METROPOLITANA DE HABITAÇÃO DE SÃO PAULO – COHAB:** Renata Milanesi
25 (Suplente); **SOCIEDADE CIVIL: CONSELHO PARTICIPATIVO MUNICIPAL –**
26 **MACRORREGIÃO NORTE 1:** José Carlos Ribeiro Gimenes (Titular) e Irani Aparecida
27 Pereira Dias (Suplente); **MACRORREGIÃO CENTRO:** Alberto Milani Junior (Suplente);
28 **MACRORREGIÃO LESTE 1:** Angela Maria Calábria (Titular), Georgina Helena de Freitas
29 (Suplente); **MOVIMENTOS DE MORADIA:** Evaniza Lopes Rodrigues (Titular); Maria das
30 Graças de Jesus Xavier Vieira (Titular); Alexandre de Sant’anna Loyola (Suplente);
31 **ASSOCIAÇÕES DE BAIROS:** Sergio Antonio Reze Junior (Titular); Paulo Gustavo da
32 Vinha Carmo Bizzo (Titular); Aparecida Regina Lopes Monteiro (Titular); Cibele Martins
33 Sampaio (Suplente); **SETOR EMPRESARIAL:** Ricardo Yazbek (Titular); Roberto de Castro
34 Mello (Titular), Adriana Blay Levisky (Suplente); Andy Alexandre Gruber (Titular); Christian
35 de Moraes Machado Suppo Bojlesen (Suplente); **ORGANIZAÇÕES NÃO**
36 **GOVERNAMENTAIS – ONGs:** Paulo Machado Lisboa Filho (Titular); **ENTIDADES**
37 **PROFISSIONAIS LIGADAS À ÁREA DE PLANEJAMENTO URBANO-AMBIENTAL:**
38 Jacobina Albu Vaisman (Titular); **ENTIDADES ACADÊMICAS E DE PESQUISA LIGADAS**
39 **À ÁREA DE PLANEJAMENTO URBANO-AMBIENTAL:** Valter Luís Caldana Junior
40 (Titular), Eduardo Alberto Cusce Nobre (Suplente); **MOVIMENTOS DE MOBILIDADE**
41 **URBANA:** Carlos Afonso Cerqueira Aranha (Titular); **CONSELHO MUNICIPAL DE**
42 **PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO PARTICIPATIVOS – CPOP:** José Raimundo do
43 Sacramento (Titular); **CONSELHO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO – CMH:** José de Jesus
44 Ferreira (Titular), Paula Carvalho Paschoal Raulino (Suplente); **ORGÃOS ESTADUAIS E**



PREFEITURA DE
SÃO PAULO
URBANISMO E
LICENCIAMENTO

CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICA URBANA – CMPU
ATA DA 45ª REUNIÃO ORDINÁRIA

45 **INTERMUNICIPAIS – SECRETARIA ESTADUAL DA HABITAÇÃO:** Maria Claudia
46 Pereira de Souza (Suplente); Demais presentes: Yara Cunha Costa (Secretaria Municipal de
47 Direitos Humanos); Victor Mendes Del Prete (SP URBANISMO); Newton Costa (SP
48 URBANISMO); Leticia Brandão (COHAB SP); Cirlene S. Machado (Conselho Participativo
49 Municipal); Cristina Brito (COHAB SP); Sylvia A. Forato (COHAB SP); Jenny Perez (SEHAB);
50 Larissa Campagner (ACSP). **01)** A Secretária Municipal de Urbanismo e Licenciamento e
51 Presidente do CMPU, Heloisa M. Salles Penteado Proença, com a apresentação da pauta
52 proposta para a reunião declarou aberta a 45ª Reunião Ordinária do Conselho Municipal de
53 Política Urbana às 9h45m, agradecendo a presença de todos os presentes. **02)** A
54 Presidente informando que não há Ata para ciência passa a palavra ao Secretário Executivo
55 do CMPU, Guilherme Pedroso Nascimento Nafalski, para que apresente os informes sobre o
56 andamento do processo eleitoral da Sociedade Civil do CMPU. **03)** O Secretário Executivo
57 do CMPU esclareceu que na última reunião foi dado inicio ao processo eleitoral da
58 Sociedade Civil do CMPU, com a escolha dos membros que integraram a comissão eleitoral
59 paritária. Esclareceu ainda, que esta comissão se reuniu e aprovou um edital, que já foi
60 publicado e que as inscrições por segmento vão até o dia 10 de julho. Também reforçou
61 que a eleição será dia 20 de agosto nas prefeituras regionais. **04)** Após os informes feitos
62 pelo Secretário Executivo sobre as eleições, a Presidente reiterou que tudo está sendo feito
63 para se atender ao prazo estabelecido no cronograma do processo eleitoral. Nesta
64 oportunidade aproveitou para externar que espera que todas as entidades estejam se
65 organizando e se preparando para cumprir este cronograma. **05)** Em seguida a Presidente
66 colocou o primeiro ponto de pauta, Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado – PDUI,
67 passando a palavra ao Secretário Adjunto e Conselheiro titular da Secretaria Municipal de
68 Urbanismo e Licenciamento – SMUL, Marcos Camargo Campagnone, para que fizesse a
69 exposição. **06)** O Secretário Adjunto iniciou ressaltando como está este processo de
70 construção do plano de desenvolvimento integrado e enfatizou que o PDUI representa um
71 plano de diretrizes metropolitanas. Ressaltou ainda, que vai começar em breve uma
72 intensificação das atividades, como a participação da sociedade, das entidades
73 representativas, tanto nas audiências públicas como nos grupos de trabalho e nas
74 aprovações das etapas mais importantes deste processo, que é o caderno preliminar de
75 propostas, depois da minuta do projeto de lei. Fazendo uma contextualização geral sobre o
76 Estatuto da Metrópole, que é o regramento que estabelece a obrigatoriedade de elaboração
77 do PDUI, destacou que o Brasil tem hoje mais da metade de sua população vivendo em
78 regiões metropolitanas, mas o país ainda não contava com uma lei para ordenar essas
79 grandes ocupações urbanas e promover a gestão integrada dos municípios que
80 compartilham dinâmicas geográficas, ambientais, políticas e socioeconômicas. Ressaltou
81 que em 12/01/2015 foi sancionada a Lei nº 13.089/15, denominada Estatuto da Metrópole,
82 que estabelece: diretrizes gerais para o planejamento, a gestão e a execução de políticas
83 públicas em regiões metropolitanas e aglomerações urbanas instituídas pelos estados;
84 normas gerais sobre o Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado e outros instrumentos
85 de governança federativa; e critérios para apoio da União a ações que envolvam a
86 governança interfederativa no campo do desenvolvimento urbano; os termos para a
87 instituição de regiões metropolitanas e de aglomerações urbanas. Ressaltou ainda, que
88 define os princípios, as diretrizes específicas e a estrutura básica da governança



**PREFEITURA DE
SÃO PAULO**
URBANISMO E
LICENCIAMENTO

CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICA URBANA – CMPU
ATA DA 45ª REUNIÃO ORDINÁRIA

89 interfederativa das regiões metropolitanas e das aglomerações urbanas; estabelece em
90 adição ao disposto na Lei nº 10.257/2001, os instrumentos de desenvolvimento urbano
91 integrado a serem utilizados nas regiões metropolitanas e de aglomerações urbanas; e
92 estabelece os casos de improbidade administrativa relacionada ao descumprimento da lei.
93 Destacou também a exigência do Estatuto da Metrópole (Lei Federal nº 13.089/15,
94 sancionado em 12 de janeiro de 2015) de que todas as regiões metropolitanas e
95 aglomerações urbanas brasileiras deverão desenvolver em um período de três anos
96 seus Planos de Desenvolvimento Urbano Integrado (PDUIs). Ressaltando que além dos
97 conteúdos mínimos definidos na lei, após sua aprovação, os municípios que integram essas
98 unidades territoriais deverão compatibilizar seus Planos Diretores Municipais às novas
99 regras. Quanto à construção do PDUI destacou: a estrutura institucional do PDUI, o escopo
100 com a definição das funções públicas de interesse comum, a instituição do processo de
101 participação, as oficinas sub-regionais, os produtos, o caderno de preliminar de propostas e
102 o cronograma. Na sequência, apresentou os temas que serão debatidos com segmentos da
103 Sociedade, ou seja, serão debatidos com os diversos segmentos da sociedade os elementos
104 mínimos que compõem o PDUI, quais sejam: as diretrizes para as funções públicas de
105 interesse comum, incluindo projetos estratégicos e ações prioritárias para investimentos; o
106 macrozoneamento da unidade territorial urbana; as diretrizes quanto à articulação dos
107 Municípios no parcelamento, uso e ocupação no solo urbano; as diretrizes quanto à
108 articulação intersetorial das políticas públicas afetas à unidade territorial urbana; a
109 delimitação das áreas com restrições a urbanização visando a proteção do patrimônio
110 ambiental ou cultural; o sistema de acompanhamento e controle de suas disposições.
111 Apresentou também as atividades participativas de consulta e deliberação que deverão
112 garantir: a Publicização dos estudos que embasarão a composição das propostas; a
113 Publicização e disponibilização de material (Caderno de Propostas, 1ª versão da Minuta do
114 PL do PDUI e versão Consolidada do PL do PDUI) com antecedência mínima de 10 dias; a
115 Publicização do registro de todas as propostas e considerações recebidas durante os
116 processos de consulta, bem como a devolutiva; a Divulgação preliminar da forma de
117 realização do processo participativo (cronograma, objetivo das atividades, formato da
118 recepção de propostas e da devolutiva); a Aprovação final do PL do PDUI a ser enviado à
119 ALESP, pelo CDRMSP, após aprovação por INSTÂNCIA COLEGIADA DELIBERATIVA a ser
120 constituída pelo Comitê Executivo. Ressaltou ainda, que o processo participativo deverá
121 conter duas (2) etapas consultivas e uma (1) etapa final deliberativa, o processo consultivo
122 se dará em dois momentos: 1) na discussão do Caderno de Propostas e, 2) na discussão da
123 1ª Minuta do PL do PDUI; [todas as propostas recepcionadas serão sistematizadas e
124 analisadas pela Comissão Técnica, sendo garantido ampla divulgação das propostas
125 incorporadas ou não]; o processo deliberativo contará com a INSTÂNCIA DELIBERATIVA
126 METROPOLITANA, que será instaurada pelo Comitê Executivo, tendo por finalidade primeira
127 a aprovação do PL do PDUI antes de sua deliberação no CDRMSP, que encaminhará o PL
128 do PDUI à ALESP. Finalizou pedindo a participação de todos. **07)** A Presidente do CMPU,
129 Heloisa M. Salles Penteado Proença, abriu a palavra ao plenário para as suas contribuições
130 sobre o tema exposto. **08)** O Conselheiro Eduardo Alberto Cusce Nobre suplente da Raquel
131 Rolnik (FAU-USP) nas Entidades Acadêmicas e de Pesquisa ligadas à área de Planejamento
132 Urbano-Ambiental, antes de falar especificamente sobre o PDUI, esclareceu que nem ele e



PREFEITURA DE
SÃO PAULO
URBANISMO E
LICENCIAMENTO

CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICA URBANA – CMPU
ATA DA 45ª REUNIÃO ORDINÁRIA

133 nem a Raquel Rolnik estavam presentes na última reunião por estarem envolvidos em um
134 grande evento que teve aqui em São Paulo na área de pós-graduação, o XVII ENANPUR.
135 Frisando que trabalha com uma instituição que é colegiada por excelência sugeriu uma
136 dinâmica de encaminhamento das reuniões, onde logo após os informes gerais fossem
137 abertos para o público e demais conselheiros. Ressaltando que não estavam na última
138 reunião gostaria de pedir um ponto de pauta que gostaria de colocar no final que seria para
139 falar sobre a questão do zoneamento e do Plano Urbanístico da Nova Luz. Voltando ao
140 tema do PDUI pediu para que fossem encaminhados os links para que se pudesse dar uma
141 olhada no material. Momento em que foi interrompido pelo Secretário Adjunto com o
142 esclarecimento que esta no www.pdui.sp.gov.br. O Conselheiro Eduardo Alberto Cusce
143 Nobre ressaltou que a primeira questão é que não ficaram bem claras as estratégias com
144 relação à área de precariedade. A segunda questão que não viu cotejada, mas acha que é
145 importante, seriam essas estratégias de desenvolvimento urbano, principalmente de
146 adensamento, que já responde a questão da mobilidade, uma vez que não apareceu na
147 apresentação o sistema de transporte estrutural na região metropolitana pediu para que se
148 falasse um pouco como a questão esta sendo tratada no âmbito do PDUI. **09)** O Secretário
149 Adjunto esclareceu que neste momento está sendo feita a consolidação de todas as
150 propostas que já foram encaminhadas, e que o objetivo hoje não é trazer as propostas
151 porque elas estão sendo sistematizadas e até o final deste mês consolidadas e aprovadas
152 para irem para discussão em audiências públicas, não sendo o caso agora de coteja
153 proposta a proposta. **10)** A Conselheira Evaniza Lopes Rodrigues (Titular) dos Movimentos
154 de Moradia questionou se as audiências públicas serão territoriais ou temáticas. **11)** O
155 Secretário Adjunto esclareceu que seriam territoriais. **12)** A Conselheira Evaniza Lopes
156 Rodrigues em seguida sugeriu, sendo possível, uma audiência pública sobre o tema da
157 habitação para que se possa trazer os movimentos sociais que se organizam na região,
158 pois, tem dificuldades em alguns municípios de se ter canais de discussão de participação.
159 Registrou que alguns têm conselhos da cidade outros não tem. Enfatizou para que isso
160 chegue aos movimentos populares de moradia na região metropolitana, que são muitos e
161 muitos diversos. Registrou também que o Estado de São Paulo tem um decreto, teve duas
162 conferências que elegeu o Conselho Estadual das Cidades e este conselho até hoje não foi
163 implementado, portando, um espaço fundamental de discussão do PDUI seria o Conselho
164 Estadual da Cidade não tem sido respeitado, enfatizou a conselheira. Ponderou também
165 que não é a instância, mas que gostaria de deixar registrado que há uma iniciativa de
166 participação dos segmentos indicados os representantes do Conselho e até hoje não foi
167 dada a posse e o Conselho não funciona, o que leva a se questionar esse processo
168 participativo, quem está participando. **13)** O Secretário Adjunto esclareceu quanto à
169 proposta de fazer algumas temáticas que talvez não somente para habitação, mas também
170 fazer para cada uma das quatro Funções Públicas, Habitação, Ambiental, Desenvolvimento
171 Econômico e Mobilidade. Ressaltou, em razão da dimensão, fazer essas quatro temáticas
172 em São Paulo. Quanto ao Conselho Estadual concordando com a conselheira, enfatizou a
173 luta para aprovar o Conselho e os problemas para se levar isso para frente. Ressaltou que
174 esse processo já nasce com 39 (trinta e nove) municípios e uma série de entidades
175 participando desse processo, acreditando que se vá avançar mais, até um conselho da
176 cidade sub-regional e um conselho das cidades metropolitanas. Acredita também ter mais

CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICA URBANA – CMPU
ATA DA 45ª REUNIÃO ORDINÁRIA

177 governabilidade nesse território do que em todo o Estado. **14)** O Secretário Executivo
178 esclareceu que o material será disponibilizado e o Secretário Adjunto ressaltou que tudo
179 isso ainda está em construção. **15)** A Presidente do CMPU, Heloisa M. Salles Penteadado
180 Proença, reforça a importância de colocar no site o link na gestão urbana da Secretaria
181 para que todos os membros tenham acesso. **16)** O Secretário Adjunto esclareceu que além
182 do material disponibilizado no site "gestão urbana", agora será disponibilizado o caderno de
183 propostas. **17)** A Presidente do CMPU, Heloisa M. Salles Penteadado Proença, passou para o
184 próximo ponto da pauta que é a regulamentação do Código de Obras e Edificações do
185 Município de São Paulo, enfatizando que a lei passou por uma longa tramitação e discussão
186 no âmbito do judiciário por questões formais de aprovação, mas que foi sancionado
187 finalmente em 09 de maio pelo Prefeito e que a própria lei estabelece um prazo muito curto
188 de regulamentação, sessenta dias, prazo este, que está vencendo na próxima semana. **18)**
189 Após as explicações sobre o tema a Presidente do CMPU, pediu ao Coordenador da SMUL
190 que o coordenador do processo de regulamentação Pedro Luiz Ferreira da Fonseca que
191 fizesse uma explanação. **19)** O Senhor Pedro Luiz Ferreira da Fonseca, servidor da SMUL,
192 fez informes sobre o andamento da Regulamentação do Código de Obras e Edificações –
193 Lei nº 16.642, de 09 de maio de 2017. Primeiramente ressaltou da necessidade de um novo
194 Código de Obras, destacando os seguintes aspectos: Lei de 1992 – 25 anos; Parâmetros
195 edifícios já regrados por Normas Técnicas; e Estrutura burocrática do Município não
196 acompanha a dinâmica de crescimento da cidade. Quanto aos objetivos destacou um
197 Licenciamento mais ágil, seguro, moderno e transparente. Quanto às diretrizes gerais
198 destacou a simplificação com poucas regras edilícias e urbanísticas efetivamente relevantes.
199 Destacou também que a Prefeitura examina aspectos urbanísticos, ambientais e de
200 vizinhança. Enfatizou ainda, que a Prefeitura deixa de examinar detalhes internos dos
201 projetos. Quanto a responsabilização, ressaltou o novo pacto entre os agentes envolvidos
202 no licenciamento, com a redefinição das responsabilidades de cada um, destacando que
203 explicita claramente as responsabilidades de cada agente (proprietário/possuidor, autor do
204 projeto e responsável técnico pela obra) e limita a responsabilidade do técnico do Município
205 na análise do projeto. Quanto a adequação ao novo Plano Diretor e LPUOS ressaltou a
206 harmonia com o novo marco urbanístico e os novos conceitos (doação de calçada, projeto
207 modificativo). Enfatizou que complementa a LPUOS e destacou as áreas não computáveis.
208 Ressaltou também, que se terá maior transparência com regramentos administrativos mais
209 claros e enxutos, com padrões edifícios regrados por Normas Técnicas e com poucas
210 exigências técnicas complementares. Quanto aos avanços e resultados esperados, ressaltou
211 a diminuição do tempo de licenciamento, a limitação do número de "comunique-se" e de
212 instâncias de decisão, a dispensa de licenciamento de atividades de pouca relevância
213 urbanística, as regras mais flexíveis para adaptação e requalificação de edificações
214 existentes anteriores a 1992, os projetos de melhor qualidade. Enfatizou a maior
215 transparência, as regras mais simples, o projeto simplificado que facilitará a migração para
216 um sistema eletrônico. Quanto aos aspectos abordados na regulamentação, destacou a
217 forma de apresentação do projeto simplificado, nota em planta definindo responsabilidades,
218 declarações, documentação necessária, o detalhamento claro dos aspectos que serão
219 examinados pela Prefeitura e os que serão atendidos pelo autor do projeto, a tendência a
220 unificar critérios de segurança da edificação com os critérios estaduais (Bombeiros), as

CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICA URBANA – CMPU
ATA DA 45ª REUNIÃO ORDINÁRIA

221 regras de transição para processos em andamento. Ressaltou ainda, que as novas regras
222 entram em vigor em 60 dias da publicação da Lei. Quanto ao processo de trabalho de
223 regulamentação destacou que em 2016 foi criado um Grupo de regulamentação, com
224 técnicos do Licenciamento e representantes do SECOVI, SINDUSCON e ASBEA. Ressaltou
225 que os trabalhos foram interrompidos em função da questão judicial que envolvia a Lei
226 aprovada, e com a sanção do COE, foi formado um GT na SMUL para a elaboração do
227 Decreto. Enfatizou a participação de outras Secretarias diretamente envolvidas no
228 licenciamento e entidades externas e o encaminhamento da minuta à ATL. Quanto aos
229 pontos de conflito, ressaltou outros setores da Prefeitura e Entidades externas dando
230 ênfase a seus interesses específicos. Destacou a necessidade de administrar e arbitrar
231 esses conflitos. Também destacou a mudança cultural: processo gradual de assimilação
232 pelos técnicos da Prefeitura e pelos usuários externos, e a adequação do novo modo de
233 trabalho aos sistemas da Prefeitura: alteração de documentos emitidos, instâncias de
234 despachos, sistemas eletrônicos existentes. Quanto às ações que a administração deverá
235 implementar, destacou a de levar os novos conceitos trazidos pelo COE a outras Secretarias
236 envolvidas no Licenciamento como SMT, DEPAVE, DECONT, DPH/CONPRES, e tornar os
237 critérios técnicos aceitos pela Prefeitura acessíveis aos engenheiros e arquitetos autores de
238 projetos (novos conceitos do PDE e LPUOS – fruição, fachada ativa). Por fim, enfatizou a
239 capacitação e treinamento dos funcionários de licenciamento. **20)** A Presidente do CMPU,
240 Heloisa M. Salles Penteado Proença, agradeceu a exposição e ressaltou que a mudança foi
241 cultural e radical, muito importante. Enfatizou que a Prefeitura passa a controlar apenas o
242 que importa do ponto de vista do impacto urbano, como o impacto urbanístico na
243 vizinhança, volumetria e os grandes parâmetros urbanísticos de densidade e ocupação.
244 Ressaltou que de resto a Prefeitura passa a delegar para o profissional, arquiteto ou
245 engenheiro, e para o proponente todos os outros parâmetros de projeto. Como exemplo,
246 destacou a localização da janela, o tamanho do degrau da escada. Enfatizou que isso não é
247 mais matéria de análise da prefeitura, porque não é esse seu papel. Ressaltou que isso
248 passa a ser responsabilidade do profissional que está assinando o projeto. Novamente
249 enfatizou a mudança cultural, onde os órgãos estavam acostumados a opinar sobre tudo,
250 em todos os detalhes, e agora por outro lado os projetistas, os profissionais, terão que
251 assumir esta responsabilidade. Frisou que se terá um longo período de adaptação e alguns
252 conflitos para se administrar, porque os dois lados que brigaram muito por esta mudança
253 de postura, estão um pouco apavorados, uns por ter que assumir a responsabilidade e
254 outro por abrir mão de controlar. Também destacou que apenas está dando o primeiro
255 passo, com a aprovação da lei e a regulamentação que se fará agora em prazo curto até
256 dia 09. **21)** A Presidente do CMPU, Heloisa M. Salles Penteado Proença, após suas
257 ponderações abriu a palavra ao plenário para suas perguntas e/ou sugestões. **22)** A
258 Conselheira Adriana Blay Levisky da ASBEA, suplente do Setor Empresarial, iniciou
259 parabenizando o processo e fazendo um testemunho que tem sido um trabalho bastante
260 intenso e um esforço muito grande de poder colaborar e fazer com que este processo seja
261 mais técnico, mais próximo da realidade conjectural, das realidades projeto-prefeitura e
262 mercado. Ressaltou que agora não são dois lados, que são muitos lados, porque para quem
263 projeta a interlocução passa a ganhar outros canais prévios antes da aprovação. Enfatizou
264 ser reconhecimento deste projeto. Fazendo um comentário semântico ressaltou que o



**PREFEITURA DE
SÃO PAULO**
URBANISMO E
LICENCIAMENTO

A

CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICA URBANA – CMPU
ATA DA 45ª REUNIÃO ORDINÁRIA

265 projeto simplificado em seu entendimento é uma apresentação simplificada de um projeto.
266 Enfatizou que o arquiteto passa a fazer uma apresentação com adicional àquilo que ele
267 sempre teve de fazer no seu lado projetual. Ressaltou que isso num projeto cultural fosse
268 importante se ter clareza para não cometer erro em achar que por ser um projeto
269 simplificado, que as coisas vão ser simples do ponto de vista das responsabilidades.
270 Destacou algumas preocupações que se tem neste pouco tempo para a edição do decreto
271 com relação às dificuldades que sempre se teve com os atos legislativos com relação às
272 edificações existentes. Ressaltou que se preocupa muito de como se dará os trâmites com
273 os habite-ses existentes com as novas exigências, novas normas e as novas instruções que
274 surgem. Enfatizando que à medida que as regras passam a ter explicitamente interferência,
275 ou a busca destas regras fora da legislação, como nas normas técnicas, indagou como
276 trabalhar com essas interferências nas edificações regulares. Deixou registrada a
277 importância de cancelar e de se reconhecer os certificados de conclusão, os habite-ses
278 existentes nas construções que estão lá com relação às novas regras, se não com o esforço
279 da agilidade para o licenciamento, vai se acabar ganhando uma nova série de obras
280 irregulares na cidade. Ressaltou também, a possibilidade de se trabalhar com acessibilidade
281 que se trata de algo novo para todos e requer também uma atenção às edificações
282 existentes. Enfatizou ainda, que assim como também, essas normativas todas se alteram
283 em seus ritos e agendas próprias se vê o reconhecimento no âmbito municipal da data de
284 protocolamento dos processos. Ressaltou também, a questão da mudança de uso, as
285 edificações existentes e os pequenos comércios. Por fim, desejou boa sorte a todos. **23)** A
286 Presidente do CMPU, Heloisa M. Salles Penteado Proença, perguntou se teria mais algum
287 inscrito com dúvidas sobre o tema, para que na sequência fosse respondido pelo
288 Coordenador. **24)** O Conselheiro Carlos Afonso Cerqueira Aranha, ressaltou, quanto ao
289 código de obras, que a sociedade civil tem interesse em debater pela regulamentação de
290 espaço de estacionamento. O Conselheiro questionou quanto ao Anexo I do novo Código de
291 Obras que cita que o espaço destinado para bicicletas previsto na lei de uso e ocupação do
292 solo será dimensionado e configurado de acordo com regulamentação, que regulamentação
293 é essa e se já existe e qual é a proposta da Secretaria. Também enfatizou que o CMPU
294 deveria deliberar sobre a regulamentação, antes de ser publicada. Tendo um segundo
295 ponto não relativo ao código de obras questionou se falaria depois, o que foi confirmado
296 pela mesa. **25)** A Presidente do CMPU, Heloisa M. Salles Penteado Proença, voltou a
297 perguntar se teria mais alguma manifestação sobre o Código. **26)** O Conselheiro Roberto
298 de Castro Mello, titular do Setor Empresarial, questionou principalmente com relação a essa
299 adaptação a novos conceitos, de estudos de novos conceitos, por órgãos com SMT,
300 DEPAVE, DECONT, se terá algum mecanismo de arbitragem, quando surgirem
301 interpretações diversas. Enfatizou que certamente é um processo de adaptação que deverá
302 ser discutido e analisado, e sugeriram orientações diversas, questionou como se pretende ser
303 arbitrado. **27)** O Conselheiro José Raimundo do Sacramento, titular do CPOP, questionou
304 se receberiam o material impresso. **28)** A Conselheira Angela Maria Calábria titular da
305 Macrorregião Leste 1 do Conselho Participativo Municipal, trazendo questões práticas, como
306 aprovações no CONPRES P e outros órgãos, questiona se vai ter que formar outro processo
307 como tem acontecido, ou na sua opinião por ser prefeitura deveria ser o mesmo processo.
308 Também enfatizou, que tem de rever totalmente esse sistema online de aprovação, que em

Handwritten signatures and initials in blue ink on the right margin, including a large stylized 'A' at the top, and various initials and signatures below, some with circled numbers like '12' and '13'.

Handwritten initials 'RMX' in blue ink at the bottom left corner.

CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICA URBANA – CMPU
ATA DA 45ª REUNIÃO ORDINÁRIA

309 sua opinião é um caos, uma vez que não se tem acesso às informações, citando como
310 exemplo o agendamento que só ocorre se o processo estiver indeferido ou em comuniqué-
311 se. Ressaltou ainda, que não dá para falar com um técnico e nem entregar um documento
312 que não saiu a tempo de atender o comunique-se. Também enfatizou, que deveriam rever
313 esses critérios de quem analisa as plantas, já que agora só são três instâncias, se não vai
314 ficar muito inseguro com relação à aprovação, porque algumas coisas que levam ao
315 indeferimento são totalmente de falta de bom senso e isto tem que rever mesmo. Outro
316 ponto que a Conselheira gostaria de entender melhor como seria adequação a prédios
317 antes de 92, uma vez que vai ser planta de massa e vai ser mais difícil para os técnicos.
318 Enfatizou ainda, que devem aperfeiçoar as notas por ser *planta de massa*, e que as notas
319 que vão constar nas plantas que seja com o comprometimento total do técnico e do
320 proprietário no atendimento a todas aquelas regras, principalmente de vizinhança, pois tem
321 visto muito desrespeito a vizinhança nos projetos da cidade. Sobre a mudança de uso
322 destacou que atualmente está muito genérica, precisando esclarecer bem para a licença de
323 funcionamento, sugeriu talvez se faça um Decreto com usos mais específicos e mais
324 abrangentes. **29)** A Conselheira Evaniza Lopes Rodrigues (Titular) dos Movimentos de
325 Moradia, trouxe três questões, a primeira é se o Decreto vai trabalhar com a questão de
326 prazos para as respostas, isto é, se tem prazo para responder ao comunique-se, mas
327 muitas vezes não existe um prazo para se emitir um comunique-se ou emitir um parecer,
328 desta forma, propôs que se estabeleçam prazos no Decreto para cada manifestação na
329 instância que estiver passando o projeto assim como tem prazo para o requerente. Outro
330 ponto que destacou seria a mudança de procedimento, de fluxo, nas relações com os
331 demais órgãos municipais, onde ressaltou que se avança em um órgão e fica parado em
332 outro aguardando se manifestar. Novamente ressaltou a questão do prazo. Destacou ainda
333 a questão em relação aos órgãos que não são do município, como exemplo citou a
334 aeronáutica no caso da rota de helicópteros e a CPTM quando envolve terrenos ao longo da
335 ferrovia, que também atravancam o processo de licenciamento no município. Enfatizou que
336 os processos internos serão simplificados, mas que não serão reduzidos os tempos
337 efetivamente. Por último solicitou esclarecimentos com relação ao que se vai significar a
338 partir de agora o direito de protocolo, porque, na medida em que se podem substituir cem
339 por cento do projeto, uma vez que ao fazer uma peça só para garantir o direito de
340 protocolo que depois pode ser substituída. Questionando como isso vai funcionar, se
341 inteiramente mesmo com a mudança de legislação e mesmo com a mudança de
342 paradigmas, enfatizou que o direito ilimitado parece um pouco excessivo. **30)** A
343 Conselheira Georgina Helena de Freitas, suplente da Macrorregião Leste 1 do Conselho
344 Participativo Municipal, inicia parabenizando o projeto e agradecendo pelo trabalho que foi
345 feito e que será. Ressaltou que vai depender de cada munícipe a aceitá-lo com
346 considerações. Exemplificou afirmando ser um absurdo que para trocar um telhado de uma
347 casa velha ir até a Prefeitura regional pedir formulário de pequenas reformas que leva
348 tempo para ser concedido e ainda ter que ser acompanhado por um arquiteto. Após citar
349 outro exemplo de caso que seria para pedreiro e que não se precisaria chegar à Prefeitura,
350 reiterou que apoia por acreditar na mão de obra de profissional digno. Ressaltou ainda,
351 esclarecendo que sabe que os engenheiros e arquitetos também fazem um trabalho de
352 responsabilidade, pergunta se caiu aquele formulário de pequenas reformas. Outro ponto



**PREFEITURA DE
SÃO PAULO**
URBANISMO E
LICENCIAMENTO

CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICA URBANA – CMPU
ATA DA 45ª REUNIÃO ORDINÁRIA

353 levantado pela conselheira refere-se a áreas de DUP na Vila Prudente que estão largadas
354 para qualquer munícipe que estiver perto acoplá-la ao seu patrimônio. Fazendo a
355 observação de visível ao público e invisível dentro da casa, pede que as Prefeituras
356 Regionais sejam notificadas com o resto de áreas desapropriadas de uma DUP, enfatizou
357 que é o que mais acontece lá na Vila Ema, sendo que isto poderia ser revertido em praça e
358 área de lazer. Por fim, parabenizou e agradeceu novamente. **31)** O Conselheiro Paulo
359 Machado Lisboa Filho da CBCS, titular das Organizações Não Governamentais – ONGs, citou
360 a questão da responsabilidade, observando que foi um dos entusiastas neste processo que
361 refere-se ao aumento da responsabilidade dos profissionais envolvidos com processo de
362 projeto já desde o lançamento do código na gestão passada, mas ponderou que de outro
363 lado está causando uma grande agonia com relação aos possíveis conflitos que irão surgir a
364 partir da aprovação de um projeto de massa. Observou que simplificada será a saída das
365 informações que vão ser apresentadas ao poder municipal no que diz respeito à avaliação
366 das questões urbanísticas, mas que envolvem toda uma quantidade de informações de
367 tecnologias desse projeto que já foram desenvolvidas e estão numa data específica, e que
368 esta data é a data do protocolo ser apresentadas ao poder público e neste momento se
369 estabelece uma série de responsabilidades. Ressaltando que estas responsabilidades são do
370 autor do projeto, responsável técnico da obra, do usuário que no momento seguinte vai
371 usufruir disso e da própria comunidade, indagou de que maneira vai ser possível aferir a
372 correspondência entre aquele estudo de massa e as informações técnicas marcadas neste
373 projeto. Questionou se não seria necessário se criar uma plataforma, uma instância aonde
374 estas informações digitalizadas fossem depositadas e de acesso a toda comunidade. Por
375 fim, ressaltou, que esse projeto simplificado no momento do seu registro na incorporação
376 não consegue ser determinado pelas informações que dispõe, e que a apresentação do
377 projeto em dois momentos, sendo que no segundo momento se apresentaria o projeto
378 executivo detalhado, e que esse projeto seria carimbado pela Prefeitura para servir de peça
379 a ser registrada e detalhada no registro de imóveis. **32)** A Presidente do CMPU, Heloisa M.
380 Salles Penteado Proença, antes de passar a palavra para o servidor Pedro Luiz Ferreira da
381 Fonseca, enfatizou, como esclarecimento importante, que o código de obras trata das
382 questões edilícias, ou seja, de projeto e não tem o condão de alterar a Lei de Zoneamento.
383 Ressaltou que tanto o Plano Diretor como a Lei de Zoneamento continua vigente, e que
384 algumas questões que foram apresentadas, como as dos cinco por cento, do direito de
385 protocolo, são tratadas na Lei de Zoneamento. Enfatizou ainda, que o Código de Obras vai
386 reger algumas condições desta transição. **33)** Após os esclarecimentos da Presidente a
387 palavra foi passada ao servidor Pedro Luiz Ferreira da Fonseca que inicia respondendo as
388 indagações da Conselheira Adriana Blay Levisky sobre acessibilidade, onde ressaltou que é
389 uma questão cada vez mais presente. Enfatizou que o que acontecia há dez anos é muito
390 diferente do que acontece hoje. Ressaltando, que os arquitetos adquiriram uma cultura de
391 contemplação das questões da acessibilidade. Enfatizou, ainda, que sobre o tema muitas
392 sugestões para incorporações ao decreto foram propostas, sendo que grande parte foram
393 aceitas. Observando a questão da acessibilidade e da segurança jurídica dos documentos
394 que já foram emitidos, se diz totalmente favorável que a prefeitura honre os documentos
395 que expediu. Ressaltou que em 1992 a questão da acessibilidade já estava presente
396 embora em uma ênfase diferente e que se tem esse viés de lembrança de atendimento a

CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICA URBANA – CMPU
ATA DA 45ª REUNIÃO ORDINÁRIA

397 essas questões de acessibilidade. Reiterou mais uma vez que entende que os documentos
398 permanecem válidos embora a norma tenha sido readaptada com pequenas alterações e se
399 teve a vinda da lei federal, mas no horizonte que foi analisado as questões foram
400 resolvidas. Enfatizou ainda, se colocar em cheque isso geraria insegurança jurídica geral,
401 um problema para prefeitura na emissão de documentos. Reitera que esta questão não é
402 pertinente, ressaltando que daqui para frente tudo tem que ser atendido. O servidor Pedro
403 passa a responder sobre a questão envolvendo mudança de uso. Destacando alguns
404 problemas em algumas subcategorias de uso não são permitidas em determinadas zonas.
405 Mas, ressaltou que dentro do grupo você pode migrar para qualquer atividade, isto é,
406 dentro da mesma subcategoria de uso é permitida. Em relação às bicicletas esclareceu que
407 não se estabeleceu regras rígidas, estabelecendo alguns parâmetros com relação a
408 vestiários de ciclistas, parâmetros mínimos, e em relação também a essas vagas por esses
409 ciclistas. Enfatizou que está contemplado e ressaltou que isso está delegado a cada projeto,
410 pois existem soluções de projeto de acordo com sua própria configuração até mais
411 inteligente do que se possa prever em uma normatização que engessaria essa questão.
412 Enfatizou ainda que a ideia da apresentação não é entrar nos detalhes técnicos. **34)** A
413 Presidente do CMPU, Heloisa M. Salles Penteado Proença, informou que vai colocar no site
414 a partir de próxima segunda-feira em razão de estar terminando os ajustes, esclarece que a
415 CMPU não delibera, que o Conselho é ouvido, e que depois de informado ele opina. **35)**
416 Após nova manifestação do Conselheiro Carlos Afonso Cerqueira Aranha em relação à
417 deliberação de projetos, o Secretário Executivo do CMPU, Guilherme Pedroso Nascimento
418 Nafalski, esclareceu que compete ao CMPU debater sobre os projetos de lei submetidos ao
419 conselho antes de se encaminhar ao legislativo. O Secretário Executivo do CMPU destacou o
420 inciso III, do artigo 329 do PDE (*debater e elaborar propostas de projetos de lei de*
421 *interesse urbanístico e regulamentações decorrentes desta lei*), que trata sobre o debate
422 desses projetos, onde o conselheiro comenta, mas que o projeto não tem de sair com um
423 "sim" ou "não". **36)** O Conselheiro Carlos Afonso Cerqueira Aranha, para registro na Ata
424 ressaltou que o código de obras exige sim toda uma regulamentação a ser feita a respeito
425 do tamanho e da quantidade de vagas do bicicletário. Ressalvou que só por isso, já que
426 está no texto da lei, ele gostaria de ter acesso ao que se está propondo para deliberar aqui
427 que é o caráter desse conselho deliberativo. **37)** A Presidente do CMPU, Heloisa M. Salles
428 Penteado Proença, reiterou que vai disponibilizar no site e os conselheiros terão espaço
429 para apresentar sugestões. **38)** O servidor Pedro Luiz Ferreira da Fonseca, esclareceu que
430 o processo não termina na regulamentação. Lembrou que terá que ter um
431 acompanhamento da implementação da lei e do decreto. Enfatizou que se deverá ter um
432 acompanhamento constante disso. Observou ainda, que problemas haverão, mas que tem
433 outros instrumentos de regramento que poderá usar para especificar algumas questões que
434 não ficaram suficientemente claras. Frisou que entende que este grupo que tem
435 acompanhado tudo isso desde a outra gestão e continua acompanhando e que não deve
436 dispensar e que serão chamados eventualmente para discutir essa implementação.
437 Assinalou que no âmbito da Secretaria a CEUSO, Comissão de Edificações e Uso do Solo, é
438 um órgão deliberativo também nas questões que não ficaram muito claras no código.
439 Destacou que no próprio código de 1992 a CEUSO editou uma série de resoluções que
440 acabaram de explicitar alguns pontos que o decreto não deu conta. Ressaltou que elas tem



**PREFEITURA DE
SÃO PAULO**
URBANISMO E
LICENCIAMENTO

CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICA URBANA – CMPU
ATA DA 45ª REUNIÃO ORDINÁRIA

441 um valor e devem ser aplicadas. **39)** A Presidente do CMPU, Heloisa M. Salles Penteado
442 Proença, reforçou que o que está indo para o Decreto regulamentar é aquilo que em *stricto*
443 *sensu* ele não consegue operar. Ressaltou ser tudo aquilo que já tem maturidade para
444 colocar no decreto. Reforçou que tem outras alternativas para sintonia fina, como as
445 resoluções da CEUSO, para regular coisas que ainda está discutindo e que não está
446 totalmente seguro para colocar no Decreto. Enfatizou que o vício dos dois lados seria
447 desenhar, exemplificando, caso precisar colocar certo número de vagas de bicicletas a
448 tentação é de já sair com um anexo com desenho no decreto. Ressaltando ainda a fala do
449 servidor Pedro Luiz Ferreira da Fonseca em que soluções de projeto até para terrenos mais
450 difíceis, mais complicados, realçou que pode ter soluções de projeto onde não está
451 enxergando e que possa estar impedindo de se colocar no decreto. Destacou que a ideia é
452 que esse grupo de trabalho continue operando, sempre trazendo coisas concretas de
453 aplicação aonde vai se alinhando e regulando. Mais uma vez reafirmou que a outras
454 alternativas para se construir isso ao longo do tempo. **40)** O servidor Pedro Luiz Ferreira da
455 Fonseca complementou ressaltando que o pessoal do licenciamento é bem antigo e tem
456 muita experiência com a questão da regulamentação de 1992, destacando que isso
457 aconteceu muito. Enfatizou que é possível aparecem soluções que são muito melhores do
458 que aquelas regradas e no momento que você consolida no Decreto não tem como fugir
459 disso. Ressaltou ainda, que tinham coisas muito mais eficazes, mas que acabavam
460 engessadas por um regramento muito cartesiano no Decreto. Complementou com o
461 esclarecimento a Conselheira Angela Maria Calábria quanto ao projeto simplificado,
462 ressaltando que o Decreto está deixando muito claro o que se tem de se colocar em
463 projeto, quais as declarações de responsabilidade que iram acompanhar o projeto
464 simplificado. Quanto às outras questões colocadas pela conselheira esclareceu que são
465 questões de gestão e que a administração esta imbuída de resolver os problemas do
466 licenciamento. Quanto aos prazos esclareceu que há limitações e o que foi colocado no
467 decreto é a garantia do inicio da obra caso não haja resposta da prefeitura em tempo hábil.
468 Por fim, esclareceu quanto às respostas rápidas que estas estão mais ligadas a gestão do
469 licenciamento. **41)** A Presidente do CMPU, Heloisa M. Salles Penteado Proença, antes de
470 comentar sobre o licenciamento eletrônico, passa a palavra para o Conselheiro titular e
471 Secretário Municipal do Verde e do Meio Ambiente, Fernando José Von Zuben, que informa
472 com relação ao licenciamento ambiental que estarão implementando no segundo semestre
473 o licenciamento automático na Secretaria para não industriais e não com grandes potências
474 de áreas contaminadas. Ressaltou que se deve automatizar cerca de 80% das entradas de
475 licenciamento na Secretaria do Verde. Enfatizou ainda, que o processo protocolado na
476 Secretaria que não tenha toda a documentação adequada será interrompido online, não
477 conseguindo avançar o processo desde que estejam todos os documentos apresentados.
478 Ressaltou ainda, que mais de 50% dos processos parados na Secretaria corresponde a falta
479 de documentação dos empreendimentos. Enfatizou que com isso espera agilizar o processo,
480 baixando de 360 dias úteis para 30 dias úteis para concessão de um licenciamento
481 ambiental de áreas não industriais e não contaminadas. **42)** A Presidente do CMPU, Heloisa
482 M. Salles Penteado Proença, destacou que a iniciativa do Verde vai na linha do esforço da
483 gestão, de trabalhar na busca de um licenciamento mais ágil, na medida do possível digital
484 e eletrônico. Ressaltou que muitos órgãos exigem hoje anuência. Exemplificou com



PREFEITURA DE
SÃO PAULO
URBANISMO E
LICENCIAMENTO

CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICA URBANA – CMPU
ATA DA 45ª REUNIÃO ORDINÁRIA

485 situações submetidas ao DEPAVE e ao DECONT da Secretaria do Verde, ao DPH/CONPRESP
486 e à SMT/CET. Enfatizou que este é o principal problema que está enfrentando para
487 implantar o Licenciamento Eletrônico. Enfatizando que o principal problema é o de
488 governança, observou que, independente de todo o esforço que seja feito na simplificação
489 dos projetos, tanto na apresentação quanto na análise dos projetos, enquanto não tiver em
490 todas as secretarias envolvidas. Enfatizou ainda, que o licenciamento não é um problema
491 só desta Secretaria, destes técnicos e dos seus conselhos consultivos e deliberativos aqui
492 presentes, mas sim um problema de governo como um todo. Reforçou que enquanto todas
493 as Secretarias envolvidas não se comprometerem com esse projeto de governança não se
494 "dará conta do recado". Observando que o prazo continuará pesando contra, ressaltou que
495 não esta falando de tramitação, está falando de processo de análise e que tem muito mais
496 coisa envolvida nesta discussão do que simplesmente imputar prazo de carimbo. Destacou
497 ainda, que há responsabilidades envolvidas e competências exclusivas das pastas.
498 Ressaltou que poderá sempre encurtar muitas coisas no licenciamento eletrônico, mas
499 análise técnica sempre será necessária, não poderá ser pulada. Enfatizou que o esforço
500 agora é para que o processo de licenciamento eletrônico seja assumido como um projeto
501 de governo. Destacou ainda, que todos querem simplificar e agilizar este processo de
502 licenciamento, mas não em detrimento da necessária análise técnica competente. **43)** A
503 Conselheira titular Maria das Graças de Jesus Xavier Vieira concordando plenamente com a
504 fala da Presidente ressaltou a questão da governança e a questão das Secretarias não se
505 dialogarem entre si. Enfatizou que praças e áreas institucionais estão sendo invadidas e que
506 os Prefeitos Regionais não estão tomando providências. Sugeriu então, que o CMPU
507 convocasse os Prefeitos Regionais para estarem presentes na próxima reunião. Reiterando
508 que nada está sendo feito, citou a título de exemplo o que está ocorrendo na Prefeitura
509 Regional do Ipiranga. Enfatizou que já foi avisado o Prefeito Regional, o Chefe de Gabinete
510 e a Guarda Civil e comunicado a Secretaria da Habitação e ao CDHU. Por fim, informou aos
511 conselheiros que o movimento está acampado na Rua Boa Vista na CDHU justamente
512 reivindicando o direito à cidade, da posse do Conselho da Cidade e vários outros pontos.
513 **44)** O servidor Pedro Luiz Ferreira da Fonseca retomou respondendo as questões das
514 comunicações para se fazer pequenas obras. Ressaltou que o Código terminou com essa
515 figura de comunicação, que na verdade não era comunicação, uma vez que se protocolava
516 na Subprefeitura um pedido de pequenas reformas e precisava ainda da devolutiva e da
517 autorização para se fazer. Enfatizou que se quiser construir muro, gradil, trocar
518 revestimento, trocar janela, todos esses pequenos serviços, o Código entendeu de pouca
519 relevância urbanística e abdicou. **45)** A Presidente do CMPU, Heloisa M. Salles Penteadó
520 Proença, ressaltou que será encaminhado a demanda da Conselheira para as Prefeituras
521 Regionais. **46)** A Presidente do CMPU, Heloisa M. Salles Penteadó Proença, pôs fim às
522 discussões do tema e comentou as questões levantadas pelo Conselheiro Eduardo Alberto
523 Cusce Nobre, esclarecendo que as duas iniciativas, desde o projeto de requalificação da
524 Luz, como os ajustes da lei de zoneamento ressaltou que estão em curso ainda, em estudos
525 preliminares e não estão ainda fechados. Enfatizou que são pequenos ajustes para
526 aplicação do zoneamento e que determinou que todas as contribuições fossem colocadas
527 no site e que o prazo para contribuições ainda está em aberto. Informou ainda,
528 oportunamente quando tiver uma proposta com formatação que permita uma análise mais

A



**PREFEITURA DE
SÃO PAULO**
URBANISMO E
LICENCIAMENTO

CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICA URBANA – CMPU
ATA DA 45ª REUNIÃO ORDINÁRIA

529 técnica o assunto virá ao CMPU, assim como o projeto de requalificação da Luz, visando
530 principalmente os espaços públicos. Destacou que tem requalificação de calçadas, áreas
531 verdes, praças, propostas de conexão urbana e que está ainda em fase de formação.
532 Quanto à PPP que afetam os lotes da região da Luz, esclareceu que a participação da
533 prefeitura se dará em três níveis. Ressaltou que no convênio firmado entre o Estado e o
534 Município, a parte do município tem a obrigação de ofertar terrenos para que o projeto do
535 Estado possa tocar as HIS e as HMP. Enfatizou ainda, que duas quadras estão em processo
536 de desapropriação e que existe também um projeto preliminar. Destacou ainda, que as
537 demandas da Prefeitura estão sendo incorporadas ao projeto. Por fim, ressaltou se as duas
538 questões estiverem maduras o suficiente para serem trazidas ao colegiado será marcada
539 uma reunião extraordinária antes da próxima ordinária. **47)** O Conselheiro Carlos Afonso
540 Cerqueira Aranha indaga novamente a questão da deliberação enfatizando que o CMPU
541 tem que rediscutir seu papel e que a respeito da lei de parcelamento o conselho ainda não
542 foi convocado e não chegou a deliberar. **48)** O Conselheiro José Raimundo do Sacramento,
543 titular do CPOP, mencionando que está no site da Prefeitura à disposição sobre o Arco
544 Jurubatuba e que este assunto ainda não foi discutido pelo CMPU, questionou quando vai
545 discutir o Arco Jurubatuba que faz parte do Plano Diretor. O Conselheiro também
546 questionou quanto ao Projeto do Plano de Intervenção Urbana do Arco Tietê, que já foi
547 debatido pelo CMPU, o porquê da retirada da CMSP. Indagou qual a inconsistência e se a
548 retirada é provisória ou definitiva. **49)** O Conselheiro Titular Valter Luís Caldana Junior
549 representante das Entidades Acadêmicas, iniciou parabenizando pelo Código de Obras e
550 ressaltou que no governo da Erundina há mais de 25 anos o IAB defendia esta posição.
551 Enfatizou que passados 25 anos, boa parte daquela agenda está contemplada. Ressaltou
552 também, que se fala muito em diminuir o peso do estado e depois não pode falar em ficar
553 querendo carimbo. Realçou que tem de levar a sério este desejo e ser coerente. Outro
554 ponto colocado pelo conselheiro seria a sugestão por parte do Conselho que se fizesse a
555 partir de agora estudos concretos para se instalar muito rapidamente um sistema de
556 aprovação única na cidade. Destacou que foi um estudo que também participou em 2001
557 com a Fundação Getúlio Vargas e que acha imensurável estes conflitos e que vão ficar
558 ainda mais explícitos com o novo código. Ressaltando ser o lado positivo porque explicita o
559 conflito, destacou que é preciso que haja já uma diretriz de superação do conflito. Enfatizou
560 que o diálogo será importante, mas vai ser pouco. Outro ponto sugere ao próprio Conselho
561 em uma próxima reunião que se faça uma monção e se aprove esta monção para que a
562 Secretaria capitaneie um estudo mais amplo de ter um sistema único de aprovação, porque
563 se agiliza profundamente as coisas e isso tem um impacto de negócios muito grande.
564 Observou que pode ser importante algo neste sentido. Por fim, sugeriu, em razão da
565 insegurança urbanística em face das mudanças citadas pelo executivo em diversos projetos,
566 que valeria à pena que se fizesse uma reunião extraordinária. Por último, citando o seu
567 próprio, questiona como irão ficar os mandatos que estão acabando. **50)** O Conselheiro
568 Alexandre de Sant'anna Loyola, suplente dos Movimentos de Moradia, propôs e reforçou a
569 questão com relação a essas situações de aprovações, que se crie uma ferramenta, um
570 mecanismo que obrigue a todas as secretarias caminharem juntas, sem soberbas ou
571 melindro, e que o processo seja para população não para entidades. **51)** A Presidente do
572 CMPU, Heloisa M. Salles Penteado Proença, fez suas considerações finais destacando o

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten mark]

[Handwritten mark]

[Handwritten mark]

[Handwritten mark]

[Handwritten mark]




**PREFEITURA DE
SÃO PAULO**
URBANISMO E
LICENCIAMENTO

CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICA URBANA – CMPU
ATA DA 45ª REUNIÃO ORDINÁRIA

573 conselho de acompanhamento do Plano Diretor, ressaltou que embora tenha dito muitas
574 vezes que não iram mexer no Plano Diretor e que a ideia seria ajustes na legislação de
575 Parcelamento, Ocupação e Uso do Solo nada impede que os conselhos sejam chamados e
576 ouvidos. Esclareceu ainda, que logo que tenha uma coisa mais substancial vai programar
577 uma reunião deste conselho. Com relação à retirada do Arco Tietê não vê porque a razão
578 da estranheza, pois é prerrogativa de cada gestão nova que entra fazer uma avaliação dos
579 projetos que estavam protocolados e em curso na CMSP. Enfatizando que seria para retirar
580 para reexame destacou que o próprio Fernando Haddad retirou projetos, inclusive um de
581 revisão de zoneamento, porque ele tinha intensão de rever o Plano Diretor. Retomando os
582 esclarecimentos sobre o Arco Tietê destacou que uma das razões seria que a área é muito
583 grande para ser aprovada sem um maior exame. Enfatizou novamente, que a prerrogativa
584 da gestão é retirar para examinar e ressaltou que é necessária uma intervenção no local,
585 que talvez não daquele tamanho, talvez por etapas e tratamentos diferenciados.
586 Enfatizando que vai reavaliar esclarece, para registrar, que a espinha dorsal do projeto que
587 seria o melhoramento viário já foi aprovada pela Câmara e está vigorando. Apontando que
588 há outros instrumentos, realçou que só tem que ganhar com mais uma análise. Lembrando
589 que entende ser importante, ressaltou que será encaminhada em tempo oportuno,
590 provavelmente no ano que vem. Com relação ao Arco Jurubatuba, esclareceu que o prazo
591 para ser enviado à CMSP é o final desse ano, e pediu aos conselheiros para acessarem o
592 site da gestão urbana no Arco Jurubatuba. Observou que por enquanto é um grande
593 diagnóstico, com algumas subdivisões em setores para enfrentamento de outra área
594 também enorme. Destacou ainda, que está definido no plano e que é muito heterogêneo,
595 que tem desde Vila Andrade até os mananciais, com sérios problemas ambientais e
596 habitacionais de invasão nas represas. Enfatizou que não é um enfrentamento fácil e o que
597 está no site é muito preliminar, mas que tem até o final do ano para encaminhar à Câmara.
598 Ressaltou que esta muito preocupada em fazer a eleição do CMPU em tempo hábil. Outro
599 ponto ressaltado pela Presidente refere-se à questão da comissão intersecretarial proposta,
600 onde destacou que é uma questão de governança, que não adiantará criar mais uma, se o
601 representante não estiver investido do poder de decidir pela pasta, de falar em nome da
602 Secretaria, ao invés de falar por si, em seu nome, como ocorre em algumas comissões.
603 Enfatizou ainda, que o Conselho Gestor da Secretaria também fez uma monção para o
604 Prefeito para que ele possa compreender que é uma questão problemática, que precisa
605 comprometer todas as pastas envolvidas. **Encerramento:** A Presidente do CMPU, após
606 suas considerações finais, esclarecendo os conselheiros sobre os temas abordados,
607 agradeceu a presença do colegiado e encerrou a reunião às 12h35m.

PRESIDÊNCIA


HELOISA M. SALLES PENTEADO PROENÇA
PRESIDENTE



**PREFEITURA DE
SÃO PAULO**
URBANISMO E
LICENCIAMENTO

**CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICA URBANA – CMPU
ATA DA 45ª REUNIÃO ORDINÁRIA**

**APOIO
SECRETARIA EXECUTIVA DA CMPU**

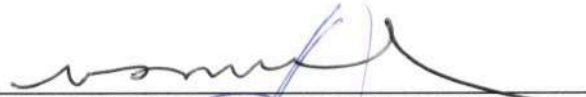


GUILHERME P. N. NAFALSKI
SECRETÁRIO EXECUTIVO

ENTIDADES PRESENTES

ORGÃOS MUNICIPAIS

SECRETARIA MUNICIPAL DE URBANISMO E LICENCIAMENTO – SMUL



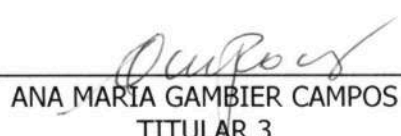
MARCOS CAMARGO CAMPAGNONE
TITULAR 1



ARLETE DOS ANJOS GRESPAN
SUPLENTE 1



ROSANE CRISTINA GOMES
TITULAR 2



ANA MARIA GAMBIER CAMPOS
TITULAR 3

SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO – SMG



THIAGO FERREIRA DE SOUZA
TITULAR



**PREFEITURA DE
SÃO PAULO**
URBANISMO E
LICENCIAMENTO

CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICA URBANA – CMPU
ATA DA 45ª REUNIÃO ORDINÁRIA

SECRETARIA MUNICIPAL DE JUSTIÇA – SMJ

FERNANDO BISCARO DE SOUZA
SUPLENTE

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO – SF

DIOGO DE TULLIO VASCONCELOS
TITULAR

SECRETARIA MUNICIPAL DAS PREFEITURAS REGIONAIS – SMPR

GUILHERME LEVY GARISIO SARTORI
SUPLENTE

SECRETARIA MUNICIPAL DE HABITAÇÃO – SEHAB

ZORAIDE AMARANTE ITAPURA DE MIRANDA
TITULAR

SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES – SMT

JOSÉ GUILHERME FARIA DE FIGUEIRA CRUZ
TITULAR

ANDRÉ CASTRO DE SOUZA
SUPLENTE



**PREFEITURA DE
SÃO PAULO**
URBANISMO E
LICENCIAMENTO

CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICA URBANA – CMPU
ATA DA 45ª REUNIÃO ORDINÁRIA

SECRETARIA MUNICIPAL SERVIÇOS E OBRAS – SMSO

DIRCE CARREGA BALZAN
SUPLENTE

SECRETARIA MUNICIPAL DO VERDE E DO MEIO AMBIENTE – SVMA

FERNANDO JOSÉ VON ZUBEN
TITULAR

HÉLIA MARIA SANTA BÁRBARA PEREIRA
SUPLENTE

SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA – SMC

MARIANA DE SOUZA ROLIM
SUPLENTE

SECRETARIA MUNICIPAL DE TRABALHO E EMPREENDEDORISMO – SMTE

JULIO HENRIQUE CANUTO DA SILVA
SUPLENTE

SECRETARIA MUNICIPAL DE INOVAÇÃO E TECNOLOGIA – SMIT

PAOLA RIVATTO DA SILVA
TITULAR



**PREFEITURA DE
SÃO PAULO**
URBANISMO E
LICENCIAMENTO

CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICA URBANA – CMPU
ATA DA 45ª REUNIÃO ORDINÁRIA

SÃO PAULO URBANISMO – SP-URBANISMO

PATRICIA SARAN
TITULAR

COMPANHIA METROPOLITANA DE HABITAÇÃO DE SÃO PAULO – COHAB

renata milanese

RENATA MILANESI

TITULAR *Suplente*

SOCIEDADE CIVIL

**CONSELHO PARTICIPATIVO MUNICIPAL
MACRORREGIÃO NORTE 1**

JOSÉ CARLOS RIBEIRO GIMENES
TITULAR

IRANI APARECIDA PEREIRA DIAS
SUPLENTE

MACRORREGIÃO CENTRO

ALBERTO MILANI JUNIOR
SUPLENTE

MACRORREGIÃO LESTE 1

ANGELA MARIA CALÁBRIA
TITULAR



**PREFEITURA DE
SÃO PAULO**
URBANISMO E
LICENCIAMENTO

CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICA URBANA – CMPU
ATA DA 45ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Georgina Helena de Freitas
GEORGINA HELENA DE FREITAS
SUPLENTE

MOVIMENTOS DE MORADIA

Evâniza Lopes Rodrigues
EVANIZA LOPES RODRIGUES
TITULAR 1

MARIA DAS GRAÇAS DE JESUS XAVIER VIEIRA
TITULAR 2

ALEXANDRE DE SANT'ANNA LOYOLA
SUPLENTE 3

ASSOCIAÇÕES DE BAIROS

SERGIO ANTONIO REZE JUNIOR
TITULAR 1

PAULO GUSTAVO DA VINHA CARMO BIZZO
TITULAR 3

APARECIDA REGINA LOPES MONTEIRO
TITULAR 4

CIBELE MARTINS SAMPAIO
SUPLENTE 4

Handwritten signatures and initials in blue ink, including a large signature and several initials.



**PREFEITURA DE
SÃO PAULO**
URBANISMO E
LICENCIAMENTO

CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICA URBANA – CMPU
ATA DA 45ª REUNIÃO ORDINÁRIA

SETOR EMPRESARIAL

RICARDO YAZBEK

TITULAR 1

ROBERTO DE CASTRO MELLO

TITULAR 3

ADRIANA BLAY LEVISKY

SUPLENTE 3

ANDY ALEXANDRE GRUBER

TITULAR 4

CHRISTIAN DE MORAES MACHADO SUPPO BOJLESEN

SUPLENTE 4

ORGANIZAÇÕES NÃO GOVERNAMENTAIS – ONGS

PAULO MACHADO LISBÔA FILHO

TITULAR

**ENTIDADES PROFISSIONAIS LIGADAS
À ÁREA DE PLANEJAMENTO URBANO-AMBIENTAL**

JACOBINA ALBU VAISMAN

TITULAR


2



**PREFEITURA DE
SÃO PAULO**
URBANISMO E
LICENCIAMENTO

CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICA URBANA – CMPU
ATA DA 45ª REUNIÃO ORDINÁRIA

**ENTIDADES ACADÊMICAS E DE PESQUISA LIGADAS
À ÁREA DE PLANEJAMENTO URBANO-AMBIENTAL**



VALTER CALDANA JUNIOR
TITULAR 1

EDUARDO ALBERTO CUSCE NOBRE
SUPLENTE 2

MOVIMENTOS DE MOBILIDADE URBANA



CARLOS AFONSO CERQUEIRA ARANHA
TITULAR

**CONSELHO MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO
E ORÇAMENTO PARTICIPATIVOS – CPOP**

JOSÉ RAIMUNDO DO SACRAMENTO
TITULAR

CONSELHO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO – CMH

JOSÉ DE JESUS FERREIRA
TITULAR

PAULA CARVALHO PASCHOAL RAULINO
SUPLENTE




**PREFEITURA DE
SÃO PAULO**
URBANISMO E
LICENCIAMENTO

CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICA URBANA – CMPU
ATA DA 45ª REUNIÃO ORDINÁRIA

ORGÃOS ESTADUAIS E INTERMUNICIPAIS

SECRETARIA ESTADUAL DA HABITAÇÃO



MARIA CLAUDIA PEREIRA DE SOUZA
SUPLENTE

ENTIDADES/MEMBROS AUSENTES:

ORGÃOS MUNICIPAIS

SECRETARIA MUNICIPAL DE URBANISMO E LICENCIAMENTO – SMUL

SUPLENTE 2: HE NEM KIM SEO

SUPLENTE 3: LUIS FERNANDO VILLAÇA MEYER

SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO – SMG

SUPLENTE: RICARDO LUIS MELLAO

SECRETARIA DO GOVERNO MUNICIPAL – SGM

TITULAR: RENATA DE SOUZA PENTEADO SILVEIRA

SUPLENTE: STELLA VERZOLLA TANGERINO

SECRETARIA MUNICIPAL DE JUSTIÇA – SMJ

TITULAR: ANDERSON POMINI

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO – SF

SUPLENTE: ROBERTA ULIANI JOAQUIM QUINZE

SECRETARIA MUNICIPAL DAS PREFEITURAS REGIONAIS – SMPR

TITULAR: MATILDE DA COSTA

SECRETARIA MUNICIPAL DE DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA – SMDHC

TITULAR: CÉLIA CRISTINA MONTEIRO DE BARROS WHITAKER

SUPLENTE: A SER INDICADO

SECRETARIA MUNICIPAL DE HABITAÇÃO – SEHAB

SUPLENTE: CRISTIANE DUTRA NASCIMENTO

SECRETARIA MUNICIPAL SERVIÇOS E OBRAS – SMSO

TITULAR: VERA LÚCIA DE MELO

SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA – SMC

TITULAR: GIOVANNA DE MOURA ROCHA LIMA

SECRETARIA MUNICIPAL DE TRABALHO E EMPREENDEDORISMO – SMTE

TITULAR: HELVIO NICOLAU MOISÉS

SECRETARIA MUNICIPAL DE INOVAÇÃO E TECNOLOGIA – SMIT

SUPLENTE: TATIANA GOMES LOPES

SÃO PAULO URBANISMO – SP-URBANISMO

SUPLENTE: JOSÉ ARMÊNIO DE BRITO CRUZ



**PREFEITURA DE
SÃO PAULO**
URBANISMO E
LICENCIAMENTO

CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICA URBANA – CMPU
ATA DA 45ª REUNIÃO ORDINÁRIA

COMPANHIA METROPOLITANA DE HABITAÇÃO DE SÃO PAULO – COHAB

TITULAR: SINÉSIO APARECIDO DA SILVA

SUBPREFEITURA – MACRORREGIÃO

MACRORREGIÃO NORTE 1

TITULAR: A SER INDICADO

SUPLENTE: A SER INDICADO

MACRORREGIÃO NORTE 2

TITULAR: A SER INDICADO

SUPLENTE: A SER INDICADO

MACRORREGIÃO OESTE

TITULAR: A SER INDICADO

SUPLENTE: A SER INDICADO

MACRORREGIÃO CENTRO

TITULAR: A SER INDICADO

SUPLENTE: A SER INDICADO

MACRORREGIÃO LESTE 1

TITULAR: A SER INDICADO

SUPLENTE: A SER INDICADO

MACRORREGIÃO LESTE 2

TITULAR: A SER INDICADO

SUPLENTE: A SER INDICADO

MACRORREGIÃO SUL 1

TITULAR: A SER INDICADO

SUPLENTE: A SER INDICADO

MACRORREGIÃO SUL 2

TITULAR: A SER INDICADO

SUPLENTE: A SER INDICADO

SOCIEDADE CIVIL

CONSELHO PARTICIPATIVO MUNICIPAL – MACRORREGIÃO

MACRORREGIÃO NORTE 2

TITULAR: MARCOS SEIKE TERUYA

SUPLENTE: CAROLINA SOUZA DOS SANTOS NASCIMENTO

MACRORREGIÃO OESTE

TITULAR: PAULO CESAR MALUF

SUPLENTE: MAURO SÉRGIO PROCÓPIO CALLIARI

MACRORREGIÃO CENTRO

TITULAR: ARTUR MONTEIRO ROÇADO

MACRORREGIÃO LESTE 2

TITULAR: LEONARDO MEDEIROS E SILVA

SUPLENTE: RICARDO SAMPAIO GONÇALVES

MACRORREGIÃO SUL 1

TITULAR: HÉLIO HIGUCHI

SUPLENTE: JÂNIO RIBEIRO COUTINHO



**PREFEITURA DE
SÃO PAULO**
URBANISMO E
LICENCIAMENTO

CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICA URBANA – CMPU
ATA DA 45ª REUNIÃO ORDINÁRIA

MACRORREGIÃO SUL 2

TITULAR: OLIVIA AUGUSTA ARAUJO MACEDO COSTA

SUPLENTE: DEISE LUCI BONOME

MOVIMENTOS DE MORADIA

SUPLENTE 1: MARIA ELENA FERREIRA DA SILVA

SUPLENTE 2: ANDERSON STANCOV FONSECA

TITULAR 3: CARMEN DA SILVA FERREIRA

TITULAR 4: VERA LUCIA DIAS PADILHA

SUPLENTE 4: NESTOR QUINTOS DE OLIVEIRA

ASSOCIAÇÕES DE BAIROS

SUPLENTE 1: NELSON TERRA BARTH

TITULAR 2: HEITOR MARZAGÃO TOMMASINI

SUPLENTE 2: GABRIEL ELIAS GONÇALVES DE OLIVEIRA

SUPLENTE 3: A SER INDICADO

SETOR EMPRESARIAL

SUPLENTE 1: ALEXANDRE MARQUES TIRELLI

TITULAR 2: ODAIR GARCIA SENRA

ENTIDADES SINDICAIS

TITULAR: KARINA OLIVEIRA LEITÃO

SUPLENTE: A SER INDICADO

ORGANIZAÇÕES NÃO GOVERNAMENTAIS – ONGs

SUPLENTE: DIANA CSILLAG

ENTIDADES PROFISSIONAIS LIGADAS À ÁREA DE PLANEJAMENTO URBANO-AMBIENTAL

SUPLENTE: RENATA SEMIN

ENTIDADES ACADÊMICAS E DE PESQUISA LIGADAS À ÁREA DE PLANEJAMENTO URBANO-AMBIENTAL

SUPLENTE 1: DENISE ANTONUCCI

TITULAR 2: RAQUEL ROLNIK

MOVIMENTOS AMBIENTALISTAS

TITULAR 1: LINCOLN PAIVA

SUPLENTE 1: GUILHERME GAMBIER ORTENBLAD

TITULAR 2: A SER INDICADO

SUPLENTE 2: A SER INDICADO

MOVIMENTOS DE MOBILIDADE URBANA

SUPLENTE: THIAGO DE SEIXAS BENICCHIO

MOVIMENTOS CULTURAIS

TITULAR: A SER INDICADO

SUPLENTE: A SER INDICADO

ENTIDADES RELIGIOSAS

TITULAR: IRENE DA CONCEIÇÃO DE BRITO

SUPLENTE: LAURENTINA DA SILVA

CONSELHO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL – CADES

TITULAR: ALESSANDRO LUIZ OLIVEIRA AZZONI

SUPLENTE: GEORGE DOI



**PREFEITURA DE
SÃO PAULO**
URBANISMO E
LICENCIAMENTO

CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICA URBANA – CMPU
ATA DA 45ª REUNIÃO ORDINÁRIA

CONSELHO MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO PARTICIPATIVOS – CPOP

SUPLENTE: ELISÂNGELA CRISTINA FLAVIO

CONSELHO MUNICIPAL DE TRÂNSITO E TRANSPORTE – CMTT

TITULAR: SINÉSIO GOBBO

SUPLENTE: ALEXANDRE GEROLAMO DE ALMEIDA

ORGÃOS ESTADUAIS E INTERMUNICIPAIS

SECRETARIA ESTADUAL DA HABITAÇÃO

TITULAR: ELISABETE FRANÇA

SECRETARIA ESTADUAL DE SANEAMENTO E RECURSOS HÍDRICOS

TITULAR: RICARDO GUILHERME DE ARAÚJO

SUPLENTE: DIRCEU RIOJI YAMAZAKI

SECRETARIA ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE

TITULAR: GIL KUCHEMUCK SCATENA

SUPLENTE: MÁRCIA RENATA IANI

SECRETARIA ESTADUAL DOS TRANSPORTES METROPOLITANOS

TITULAR: LUIZ FERNANDO DE MATTOS CHAVES

SUPLENTE: MARISTELA APARECIDA HESPANHOL

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE MUNICÍPIOS DO GRANDE ABC DA REGIÃO METROPOLITANA DE SÃO PAULO – CIGABC

TITULAR: CLÁUDIA VIRGÍNIA CABRAL DE SOUZA

SUPLENTE: SANDRA TEIXEIRA MALVESE

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE MUNICÍPIOS DA REGIÃO SUDOESTE DA GRANDE SÃO PAULO – CONISUD

TITULAR: CLÓVIS DA SILVA PINTO

SUPLENTE: MARCOS DE SOUZA

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE MUNICÍPIOS DA BACIA ALTO JUQUERI - CIMBAJU

TITULAR: EDISON PAVÃO JUNIOR

SUPLENTE: ISIS BUENO

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DA REGIÃO OESTE METROPOLITANA DE SP - CIOESTE

TITULAR: A SER INDICADO

SUPLENTE: ANTONIO SILVESTRE LEITE

CONSÓRCIO DE DESENVOLVIMENTO DOS MUNICÍPIOS DO ALTO TIETÊ – CONDEMAT

TITULAR: MARCO AURÉLIO BERTAIOLLI

SUPLENTE: AUDREY RODRIGUES DE OLIVEIRA

